



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independientes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

885C20581A8C4CD
Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, do Banco Brasileiro de Crédito S.A. (“Companhia”), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Além disso, em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 2.336,1 milhões, representando um crescimento de 7% em relação a 31 de dezembro de 2024. Os destaques foram para o valor presente das operações de crédito que atingiram R\$ 1.621,1 milhão neste semestre, um crescimento de 18% em relação à carteira de 31 de dezembro de 2024. As operações de arrendamento mercantil, com valor presente de R\$ 164,4 milhões, apresentaram um aumento de 3%, na mesma base de comparação. Destaque também, neste semestre, para as operações de títulos de créditos a receber, que atingiu o montante de R\$ 306,3 milhões. Outros destaques foram: Disponibilidades que atingiram R\$ 95,1 milhões, dos quais R\$ 86,0 milhões em Outros depósitos no Banco Central do Brasil, o montante de R\$ 103,7 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) e R\$ 78,3 milhões em Créditos Tributários.

A captação de recursos destinados às operações de crédito e arrendamento mercantil totalizavam R\$ 2.031,1 milhões, um crescimento de 9% frente à 31 de dezembro de 2024, predominantemente pelos Depósitos a Prazo de R\$ 1.977,1 milhões, com crescimento de 11% e pelos Depósitos Financeiros de R\$ 47,8 milhões, sendo um decréscimo de 37% em relação à 31 de dezembro de 2024.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 236,2 milhões em 30 de junho de 2025, com índice de Basileia de 12,0% (31 de dezembro de 2024 – 14,2%).

O prejuízo do semestre contábil foi de (R\$ 1,6 milhões).

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no semestre findo em 30 de junho de 2025, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 26 de setembro de 2025.

A DIRETORIA



BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Ativo	Notas	30/06/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	30/06/2025
Circulante e Realizável a Longo Prazo		2.319.731	Circulante e Exigível a Longo Prazo		2.099.772
Disponibilidades	4	9.035	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		2.031.181
Títulos e Valores Mobiliários	5a	103.718	Depósitos Interfinanceiros	10a	47.876
Títulos e Valores Mobiliários		103.718	Depósitos a Prazo	10b	1.977.062
			Outros Depósitos	10c	5.965
Créditos Vinculados	4	85.999	Recursos de aceites cambiais	10d	278
Banco Central - Outros Depósitos		85.999	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	30.898
Operações de Crédito		1.524.116	Outros Passivos	12	37.693
Operações de Crédito	6a	1.621.074	Patrimônio Líquido		236.279
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6h	(96.958)	Capital Social	13a	250.000
Operações de Arrendamento Mercantil		155.174	Reservas de Lucros	13b	2.859
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	164.470	Prejuízo Acumulado (ajuste Res. BACEN 4966/21)	13d	(16.580)
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6h	(9.296)			
Operações com Características de Concessão de Crédito		300.538			
Operações com Características de Concessão de Crédito	6c	306.359			
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6h	(5.821)			
Créditos Tributários	20b	78.299			
Outros Ativos	9	62.852			
Permanente		16.320			
Imobilizado de Uso	7	806			
Outras imobilizações de uso		1.097			
(Depreciações acumuladas)		(291)			
Intangível	8	15.514			
Ativos intangíveis		20.543			
(Amortizações acumuladas)		(5.029)			
Total do ativo		2.336.051	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.336.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
Demonstração do Resultado
Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Lucro Líquido por Ação

	Notas	30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		227.998
Rendas de operações de créditos	6e	167.130
Operações de arrendamento mercantil	6l	48.383
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	12.485
Despesas da Intermediação Financeira		(149.788)
Operações de captação no mercado	10	(116.623)
Operações de arrendamento mercantil	6l	(33.165)
Resultado da Intermediação Financeira		78.210
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(25.447)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	6h	(25.447)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(50.023)
Receitas de prestação de serviços	14	8.427
(Despesas) de pessoal	15	(15.034)
Outras (despesas) administrativas	16	(34.139)
(Despesas) tributárias	17	(8.542)
Outras receitas operacionais	18	5.033
Outras (despesas) operacionais	19	(5.768)
Resultado Operacional		2.740
Resultado Não Operacional		(3.262)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(522)
Tributos e participações sobre o resultado		(1.140)
Imposto de renda e Contribuição social	20a	1.380
Participações sobre o resultado		(2.520)
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Semestre		(1.662)
Número de Ações do Capital Social	13	250.000.000
(Prejuízo) Lucro Líquido por Ação em Circulação - (Expresso em Reais-R\$)		-0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre Findo em 30 de junho de 2025

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	30/06/2025
Prejuízo líquido do semestre	(1.662)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(1.662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre Findo em 30 de junho de 2025

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		250.000	1.110	3.411	-	254.521
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº4.966/21	13d				(16.580)	(16.580)
Em 1º de janeiro de 2025		250.000	1.110	3.411	(16.580)	254.521
Prejuízo do 1º semestre de 2025					(1.662)	(1.662)
Destinações:						
Absorção da movimentação de prejuízos acumulados em Reservas de Lucros- Estatutárias		-	-	(1.662)	1.662	-
Saldos em 30 de junho 2024		250.000	1.110	1.749	(16.580)	236.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa Semestre Findo em 30 de junho de 2025

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Nota	<u>30/06/2025</u>
Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido		<u>(522)</u>
Ajustes para conciliar o resultado com o lucro ajustado		<u>176.789</u>
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	25.447
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniência	6k	32.414
Amortizações	19	1.576
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.642)
Ativo Fiscal Diferido		4.391
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		(20)
Despesas de operações de captação no mercado	10	116.623
Lucro ajustado		<u>176.267</u>
(Aumento) nos ativos operacionais		<u>(258.288)</u>
Títulos e valores mobiliários		(6.380)
Operações de crédito		(286.520)
Operações de arrendamento mercantil		(38.174)
Outros créditos		93.468
Outros valores e bens		(20.682)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		<u>57.631</u>
Depósitos		74.142
Outras obrigações		(13.500)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido provisionado		(3.011)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		<u>(24.390)</u>
Atividades de Investimento		
Aquisição/ baixa de imobilizado de uso e intangível		(4.209)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		<u>(4.209)</u>
Atividades de Financiamento		
Aumento de recursos de emissão de títulos		(963)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		<u>(963)</u>
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(29.562)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre		124.596
No fim do semestre		95.034
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(29.562)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. “Companhia” sediada à rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, no Itaim Bibi – São Paulo, CEP 04530-001, é uma sociedade anônima de capital fechado e está autorizado a operar como banco múltiplo que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

Atualmente o Banco Brasileiro de Crédito S.A. é controlado pela BBC Holding Financeira Ltda. detentora de 100% do capital social, cuja a controladora final é a SIMPAR S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de setembro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução no. 4.818/20, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 23).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que a moeda funcional do Banco de Brasileiro de Crédito S.A.

2.1. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS

A Companhia adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025, sendo destacado:

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: Introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se: 1) Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”) e 2) A adoção da metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A Companhia adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

O efeito do ajuste decorrente da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23 foram registrados no patrimônio líquido em



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

c) Instrumentos Financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Em 30 de junho de 2025 não havia instrumentos financeiros nesta categoria.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação contábil em cada uma das categorias de depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste “SPPJ” a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Hierarquia do valor justo

Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, são aplicadas técnicas de avaliação de acordo com três níveis de hierarquia:

Instrumentos Financeiros - Nível 1: Valor justo baseado em dados observáveis de preços cotados para instrumentos idênticos no mercado ativo. O mercado ativo consiste em transações de ativos e passivos financeiros negociados frequentemente para fornecer informações de apreamento continuamente.

Instrumentos Financeiros - Nível 2: Valor justo baseado em dados não observáveis direta ou indiretamente, podendo ser: (i) preços cotados de instrumentos financeiros semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados de instrumentos financeiros que não são ativos, ou seja, em que não há uma continuidade de preços correntes, que podem variar ao longo do tempo ou cujas informações são avaliadas pelo mercado de balcão; (iii) informações em que os preços são formados a partir de premissas divulgadas no mercado, como taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis, volatilidades, entre outros dados similares.

Instrumentos Financeiros - Nível 3: Valor justo baseado em dados não observáveis cuja avaliação é realizada com utilização de modelos e técnicas internas.

Em 30 de junho de 2025, não havia instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos níveis 2 e 3.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, em 1º de janeiro de 2025, a Companhia reclassificou os títulos e valores mobiliários registrados até 31 de dezembro de 2024 na Categoria de Títulos Para Negociação para a nova categoria contábil de Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os demais Instrumentos Financeiros estão classificados como Custo Amortizado. Os ajustes foram realizados com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa dos ativos.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil

As operações de crédito são registradas a valor presente calculado “pro-rata-dia” com base na taxa de juros contratual, até 90 dia de atraso (nota 6a).



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b).

Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b);

De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b).

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos.

e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, portanto a metodologia de apuração de provisionamento de perda associada ao risco de crédito adotada é a simplificada.

Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas, perdas incorridas e provisões adicionais associadas ao risco de crédito, a Companhia seguiu com os critérios de que tratam a Resolução CMN 4.966/21 e a Resolução BCB 352/23, com segregação da sua carteira de ativos financeiros entre C2 (Arrendamento Mercantil), C3, C4 e C5 (demais operações de crédito e características de operações de crédito).

Ativos financeiros com problema de risco de recuperação

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando: (i) Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos; e/ou, (ii) Recuperação judicial ou extrajudicial do cliente para Pessoas Jurídicas.

O ativo somente pode deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito no caso de:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- I - Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- II - Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos, no mínimo 3 meses consecutivos, para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações.
- III - Cumprimento das demais obrigações contratuais, no mínimo 3 meses consecutivos para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e,
- IV - Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Stop Accrual

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução do valor recuperável caso (i) houver atraso superior a 90 dias no pagamento ou (ii) exista evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), esse evento (ou eventos) de perda impactam os fluxos de caixa futuros estimados da operação, e a perda pode ser confiavelmente estimada.

Nesse sentido, em relação às operações nesta situação, as receitas de juros em que a Companhia estima não receber deixam de ser apropriadas (*stop accrual*). A retomada do reconhecimento de receitas ocorrerá mediante evidências concretas da melhora na capacidade de pagamentos, conforme definido em política interna.

Arrasto

Aplicado o efeito de arrasto para fins de avaliação do risco agregado do cliente para a faixa que esteja mais penalizada, caso pelo menos um desses instrumentos seja alocado nesta faixa. Esta ação é aplicada aos ativos problemáticos em que a reclassificação dos demais instrumentos da mesma contraparte será "arrastada" a faixa mais elevada de risco.

Operações que estejam adimplentes poderão ser reclassificadas com base no comportamento de outros contratos do mesmo tomador, especialmente quando:

- I. Um ou mais contratos apresentarem inadimplência significativa;
- II. Houver histórico de reestruturação;
- III. Existirem indícios de degradação da capacidade de pagamento global.

A Companhia adota o critério de arrasto por nível de classificação, ou seja, contratos alocados na classificação "C2" arrasta "C2", "C3", "C4" e "C5". Contratos na classificação "C3", arrasta "C3", "C4" e "C5", porém não arrasta "C2". Contratos alocados na classificação "C4", arrasta "C4" e "C5", porém não arrasta "C2" e "C3" e, contratos alocados na classificação "C5", arrasta somente "C5".



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Imobilizado de uso e de arrendamento

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

ii) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%.

Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência / superveniência de depreciação (notas 6b, 6h).

iii) Perdas em arrendamento

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b).

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

h) Outros Ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício.

Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.

Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros,

Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário.

A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 9).

i) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

A provisão para IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 20%, vigente em 30 de junho de 2025.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.

k) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i) Depósitos interfinanceiros e a prazo

São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

ii) Outros depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.

iii) Letras de Arrendamento Mercantil

Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

I) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

i - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo.

Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “*pro rata*” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “*pro rata*” dia.

n) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 24a.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

4. DISPONIBILIDADES E CRÉDITOS VINCULADOS

	<u>30/06/2025</u>
Disponibilidades	9.035
Créditos vinculados - Aplicações em depósitos voluntários (Bacen) (a)	85.999
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>95.034</u>

(a) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

Nível 1	<u>30/06/2025</u>
	<u>Valor de mercado</u>
Letras financeiras do tesouro - LFT (a)	103.718
Total	<u>103.718</u>

(a) Vencimento do papel em 01 de março de 2028, remunerada pela taxa SELIC + 0,14%.

b) **Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:**

	<u>30/06/2025</u>
	<u>Valor de mercado</u>
Letras de custo	103.778
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(60)
Total	<u>103.718</u>

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) **Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	<u>30/06/2025</u>
Rendas de depósitos voluntários (Bacen) (1)	6.085
Rendas de títulos de renda fixa (2)	6.380
Marcação a mercado (LFT)	20
Total	<u>12.485</u>

(1) Aplicação em depósitos voluntários junto ao BACEN, com remuneração diária.

(2) Representadas por aplicação em Letras do Financeiras do Tesouro – LFT.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de operações de crédito

	30/06/2025
Financiamento de veículos	1.608.611
Capital de Giro	5.415
Crédito Pessoal	7.048
Total	1.621.074

- b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	30/06/2025
Arrendamentos a receber – setor privado	158.196
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(154.698)
Imobilizado de arrendamento (nota 6j)	303.584
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(73.430)
- Depreciações acumuladas (nota 6j)	(196.871)
- Superveniência de depreciação (nota 6j)	123.441
(-) Valor residual garantido antecipado	(70.557)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6j)	1.375
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	164.470

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

c) Títulos e créditos a receber

Referem-se aos contratos firmados entre as partes de operações com característica de concessão de créditos, sem coobrigação, com os seguintes vencimentos:

Faixas de vencimento	30/06/2025
A vencer até 60 dias	163.656
A vencer de 61 a 90 dias	26.512
A vencer de 91 a 180 dias	110.068
A vencer de 181 a 360 dias	3.887
A vencer acima de 360 dias	2.236
Total	306.359



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Composição da carteira por nível de risco, faixa de atraso e provisão para perdas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

			30/06/2025
Período de Atraso	Carteira de Crédito	Provisão	% de provisão por faixa de atraso
De zero a 14 dias	1.841.856	(34.541)	1,9%
De 15 a 30 dias	70.660	(2.551)	3,6%
De 31 a 60 dias	56.976	(7.348)	12,9%
De 61 a 90 dias	30.778	(9.142)	29,7%
Acima de 90 dias	91.633	(58.493)	63,8%
Total	2.091.903	(112.075)	

			30/06/2025
Classificação	Carteira de Crédito	Provisão	
C2	164.470	(9.296)	
C3	1.614.612	(96.471)	
C4	5.414	(364)	
C5	307.407	(5.944)	
Total	2.091.903	(112.075)	

e) Resultado das operações de Crédito

	30/06/2025
Rendas de financiamentos	145.320
Rendas de títulos descontados	20.471
Rendas de empréstimos	1.339
	167.130

f) Composição da carteira de operações de crédito, por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

Faixas de vencimento	30/06/2025
<u>Créditos vencidos</u>	46.093
<u>Créditos a vencer</u>	
A vencer até 60 dias	300.136
A vencer de 61 a 90 dias	93.636
A vencer de 91 a 360 dias	650.945
A vencer acima de 360 dias	1.001.093
Total	2.091.903



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Composição da carteira por setor econômico:

	30/06/2025
Pessoas Físicas	1.167.741
Serviços	702.397
Comércio	157.346
Indústria	47.527
Outros	16.892
Total	2.091.903

h) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025
= Saldo inicial do período	56.159
(+) Ajuste de transição Res. 4.966/352 - constituição de provisão (a)	30.469
(+) Constituição / (-) Reversão e Baixa para prejuízo	25.447
= Saldo final do período	112.075

(a) O ajuste da transição da Res. 4.966/352 foi efetuado a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme previsto pela referida Resolução, sendo que, até 31 de dezembro de 2024, a provisão era calculada e mensurada conforme requerido pela Res. CMN 2.682.

i) Recuperação e renegociação de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2025, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 3.471. No 1º semestre de 2025, foram renegociadas 7 operações no montante de R\$ 4.997, sendo que, deste montante, R\$ 3.448 foram com prorrogação de 90 dias.

j) Imobilizado de Arrendamento

	30/06/2025
Veículos e Afins	287.901
Máquinas e Equipamentos	15.683
Depreciação Acumulada	(196.871)
Superveniência de Depreciação	123.441
Perdas em Arrendamento	1.375
Total do imobilizado de arrendamento	231.529

k) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	30/06/2025
Saldo no início do período	232.013
Entradas	39.215
Baixas	(7.285)
Depreciação no período (nota 6I)	(33.165)
Superveniência de Depreciação no período (nota 6I)	751
Saldo no final do período	231.529



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

I) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	30/06/2025
Receitas	48.383
Rendas de arrendamento mercantil	47.632
(Insuficiência)/ Superveniência de depreciação	751
Despesas	(33.165)
Depreciação de bens arrendados	(33.165)
Total	15.218

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	543	(99)	444
Equipamentos de processamento de dados	20%	554	(192)	362
Total em 30/06/2025		1.097	(291)	806

8) INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	20.543	(5.029)	15.514
Total em 30/06/2025		20.543	(5.029)	15.514

9) OUTROS ATIVOS

	30/06/2025
Outros valores e bens	39.765
Devedores diversos	17.003
Impostos e contribuições a compensar	5.801
Outros	283
Total	62.852



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos Interfinanceiros

Vencimento	30/06/2025
01 a 30 dias	-
31 a 180 dias	22.240
181 a 360 dias	25.636
Subtotal	47.876

As despesas com captação de depósitos interfinanceiros – CDI, no semestre findo em 30 de junho de 2025 montaram a R\$ 4.133.

b) Depósitos a prazo

Vencimento	30/06/2025
01 a 30 dias	134.868
31 a 180 dias	425.178
181 a 360 dias	534.173
Acima de 360 dias	882.843
Subtotal	1.977.062

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no exercício findo em 30 de junho de 2025 montaram a R\$ 112.460.

c) Outros depósitos

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

Outros depósitos	30/06/2025
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	5.965
Total	5.965

d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	30/06/2025
01 a 30 dias	278
Subtotal	278

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos semestres findo em 30 de junho de 2025 montou a R\$ 30.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia.
- **Passivos contingentes prováveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. Em 30 de junho de 2025, o saldo de provisão para contingências era de R\$ (73) considerando os processos de natureza cível, trabalhistas e fiscal.
- **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se, principalmente, aos pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que, no mês de junho de 2025, totalizavam R\$ (36) e em 31 de dezembro de 2024 no montante total de R\$ (66). Para as ações tributárias, em janeiro de 2025, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura municipal de São Paulo, referente a tributação de ISS para o Valor Residual Garantido (VRG) dos contratos de arrendamento mercantil, para os períodos de 2018 a 2023, totalizando R\$ (2.815), registrado na rubrica de despesas tributárias do semestre findo em 30 de junho de 2025. Para as demais ações tributárias, classificadas como perdas possíveis, o montante era de R\$ (929) em 30 de junho de 2025. As ações trabalhistas totalizavam, em junho de 2025, o montante de R\$ (66).

12) OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2025</u>
Juros sobre capital próprio	6.353
Fiscais e previdenciárias	7.398
Provisão para pagamento a efetuar	4.854
Credores diversos	14.135
Outros	4.953
Total	<u>37.693</u>

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 era de R\$ 250.000 dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Reservas de Lucros

	30/06/2025
Reserva Legal (1)	1.110
Reservas estatutárias (2)	1.749
Reservas de lucros	2.859

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado. Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no exercício de 2024 não foram provisionados dividendos.

c) Juros sobre o capital próprio

Em 30 de junho de 2025, não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

d) Efeitos dos ajustes de transição patrimonial da CMN nº 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025

Os efeitos dos ajustes de transição, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução nº CMN 4.966/21 foram registrados no patrimônio líquido do combinado. Esses ajustes foram contabilizados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Abaixo estão apresentados os efeitos decorrentes a adoção inicial da norma e impactos para fins comparativos às demonstrações financeiras:

Patrimônio Líquido antes dos ajustes estimados pela adoção da Resolução 4.966 31/12/2024	254.521
Provisão para perdas esperadas, líquido dos efeitos fiscais	16.580
Patrimônio Líquido, após ajustes da Resolução 4.966 01/01/2025	237.941

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2025
Rendas de operações de crédito	6.216
Rendas de tarifas cadastro crédito e arrendamento	632
Rendas com comissão de seguros	1.579
Total	8.427



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

15) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2025
Proventos	(10.116)
Encargos sociais	(3.404)
Benefícios	(1.414)
Treinamento	(100)
Total	(15.034)

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2025
Serviços do sistema financeiro	(550)
Serviços de terceiros	(21.316)
Honorários da diretoria (21b)	(1.787)
Serviços técnicos especializados	(2.096)
Processamento de dados	(4.663)
Despesas com cobrança contratos	(23)
Despesas com reembolso partes relacionadas	(1.856)
Comunicações	(45)
Aluguéis	(721)
Publicações	(43)
Propaganda e publicidade	(201)
Outras	(838)
Total	(34.139)

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2025
Cofins	(3.786)
Pis	(615)
ISS (*)	(4.141)
Total	(8.542)

(*) Em janeiro de 2025, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura municipal de São Paulo, referente a tributação de ISS para o Valor Residual Garantido (VRG) dos contratos de arrendamento mercantil, para os períodos de 2018 a 2023, totalizando R\$ (2.815), vide maiores detalhes na nota 11.

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2025
Recuperação de prejuízo	3.471
Outras rendas operacionais (a)	1.562
Total	5.033

(a) Refere-se as receitas de operações com característica de concessão de crédito.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2024
Associação de Classe	(73)
Desconto concedido	(536)
Despesas com Bens recuperados	(3.504)
Depreciação e amortização	(1.576)
Despesas com viagem	(40)
Outras	(39)
Total	(5.768)

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(522)
▪ Alíquota vigente (nota 3j)	45%
▪ Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito	235
▪ Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	1.145
Total de IR e CS	1.380

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2024	Constituição (3)	Realização/ Baixa	30/06/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	37.530	25.017	(8.592)	53.955
Provisão Processos Trabalhistas	47	1	-	48
Outras Adições	3.838	1.608	-	5.446
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	41.415	26.626	(8.592)	59.449
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	19.557	-	(707)	18.850
Total Crédito tributário	60.972	26.626	(9.299)	78.299
Obrigações fiscais diferidas (1)	(31.501)	-	641	(30.860)
Obrigações diferidas de MTM	(29)	(9)	-	(38)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	29.442	26.617	(8.658)	47.401

- (1) Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.
- (2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 18.850 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 19.557), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.
- (3) No 1º semestre de 2025, o saldo de constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias foi diretamente impactado na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa devido a adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, conforme divulgado na nota explicativa 6 (h), não impactando no resultado do período.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		Total 30/06/2025
	Imposto de Renda	Contribuição social	
▪ 2025	11.652	9.155	20.807
▪ 2026	4.994	3.924	8.918
▪ 2027	3.329	2.616	5.945
▪ 2028	2.663	2.093	4.756
▪ 2029	10.653	8.370	19.023
Total dos créditos tributários	33.291	26.158	59.449

Em 30 de junho de 2025, o valor presente dos créditos tributários de diferença temporárias, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 45.097 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 29.057).

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possui controladas, sendo que o seu controlador final é a SIMPAR.

As naturezas dessas transações são compostas por:

• Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações financeiras: São títulos financeiros, como letra de arrendamento mercantil e Certificado de Depósitos Bancários nas entidades BBC Holding Financeira e na BBC Administradora de Consórcios Ltda.

• Partes relacionadas a receber e a pagar: Referem-se aos saldos de transações relacionados as operações da Companhia e outras controladas do Grupo Simpar em condições de mercado, dentre essas entidades destacam-se: Movida Locação de Veículos S.A., Automob S/A, Original Veículos Ltda., Transrio Caminhões Ônibus Ltda., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e JSL S.A..

• Comissões a Pagar e Outras receitas / (despesas operacionais): As comissões são efetuadas entre as empresas do Grupo Simpar, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento. As outras receitas / despesas operacionais são despesas que são rateadas pelo controlador final (Simpar) e são repassadas para as controladas.

Natureza	Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2025
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Partes Relacionadas a Pagar	(4.880)	-
Partes Relacionadas a Receber	2.370	-
Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Financeiras	(6.086)	(368)
Comissões a Pagar e Outras receitas / (despesas operacionais)	-	(10.057)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 1.787.

c) Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia.

A gestão de riscos é efetuada por meio de políticas internas, onde visam definir princípios, diretrizes e responsabilidades no monitoramento dos diversos riscos inerentes às operações e processos, sendo divididos em mercado, liquidez, crédito, operacional e gestão de capital, alinhados com a estratégia de negócios. Além de políticas, esses riscos possuem os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito e Comitê de Ativos e Passivos, onde é observado suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de riscos, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos que se reporta diretamente ao Diretor Presidente, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

O Banco BBC realiza sua gestão de risco através do conceito das três linhas e mantém um conjunto de procedimentos alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais e regulamentares, além das políticas internas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos que também estão associados a gestão de continuidade.

Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*) e, as estruturas de gerenciamento estão divulgadas de diretório de acesso público no sítio do BBC Digital, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br> Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos.

a) Risco de Crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

As exposições ao risco de crédito são monitoradas de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, o acompanhamento e avaliação de sua composição, a concentração e sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e evolução, além dos níveis de atraso, renegociações e recuperações.

Todos os limites estabelecidos são comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. A Companhia concentra a governança do risco de crédito mensalmente através do Comitê de Crédito e Cobrança. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, esse comitê possui a participação do corpo diretivo colegiado, os representantes das áreas de Riscos, Compliance, Crédito e Cobrança e tem como principais pautas as seguintes premissas: (a) analisar o perfil de cada carteira de crédito; (b) acompanhar limites de concentração; (c) definir metodologias de cálculo e testes de estresse; (d) alinhar métricas de apuração de risco; (e) alinhar estratégia entre as áreas voltadas ao risco de crédito; (f) garantir fóruns de discussões técnicas nas alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias; (g) acompanhar o desempenho da carteira; (h) acompanhar modelos utilizados e seus fatores decisórios; (i) acompanhar critérios utilizados nos testes de estresse e resultados obtidos; (j) acompanhar e monitorar, quando aplicável, casos de parcelas não pagas e quantidade de dias com contratos vencidos; (k) acompanhar processos que estão em recuperação de crédito; (l) acompanhar indicadores de inadimplência; (m) monitorar renegociações.

Para a concessão de crédito, o Banco BBC visa obter o maior volume de informações sobre o cliente e seu negócio (em casos de pessoa jurídica), onde se norteia em avaliar a capacidade de cumprimento de suas obrigações, assumidas pelo cliente. Estes insumos atrelados ao enquadramento do cliente às políticas de crédito, subsidiam a tomada de decisão final.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

O risco de crédito é iniciado no momento em que a operação é aprovada e, seu monitoramento é contínuo e realizado pelo modelo interno da Companhia, onde visa mensurar e detectar alterações no risco do cliente. O monitoramento contínuo envolve entre outras premissas a análise dos clientes e suas garantias atreladas, níveis de concentração e indicadores de inadimplência. Este modelo envolve a classificação individualizada por cliente e seus percentuais de provisão de perda são calculados por meio do uso do método de rolagem com base no(s) contrato(s) de maior nível de provisão.

É assegurado nestes procedimentos que todas as operações de crédito aprovadas estejam respaldadas com suas devidas garantias e corretamente analisadas e formalizadas, de maneira tal que seja viável a execução, se necessário. Para isto, no processo de aceite de proposta há análises de cada garantia no intuito de eliminar possíveis fraudes. As garantias mínimas exigidas são definidas durante o processo de aprovação e sua aplicação é garantida de forma sistêmica.

A periodicidade do acompanhamento de garantia pode variar conforme sua característica. A saber:

- (i) Veículos: análise e acompanhamento mensal do valor justo;
- (ii) Outros casos, como máquinas: avaliação na efetivação da operação, ou quando houver sinais de deterioração do cliente e/ou da operação.

Os bens recebidos a processos de consolidação de dívidas, referente a operações de créditos baixadas do ativo, são integralmente provisionados.

Conforme estabelecido pela IFRS 9, o Banco adotou o modelo de metodologia simplificada para a classificação de suas operações com vigência a partir do primeiro dia de janeiro de 2025, onde classificará suas operações de crédito como perda esperada até 90 dias de atraso. Em casos em que o contrato estiver acima de 90 dias de atraso, o cliente e suas operações serão arrastadas para provisão de perda inadimplida, elevando seus respectivos percentuais de provisão.

b) Risco de Mercado e do IRRBB

Define-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O gerenciamento envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em carteira de negociação ou bancária, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais.

O monitoramento sobre a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações é realizado periodicamente.

A análise de sensibilidade é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado diante de eventuais cenários.

Abaixo, demonstramos o impacto nas posições do semestre findo em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, sendo aplicado 4 (quatro) cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade

	30 de junho de 2025			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Carteira	+25 bps	+50 bps	+75 bps	+100 bps
<i>Banking</i>	(575)	(1.150)	(1.725)	(2.300)
Total	(575)	(1.150)	(1.725)	(2.300)

- Cenário 1: + 25bps (0,25% a.a.) na taxa de juros;
- Cenário 2: + 50bps (0,50% a.a.) na taxa de juros;
- Cenário 3: + 75bps (0,75% a.a.) na taxa de juros;
- Cenário 4: + 100bps (1,0% a.a.) na taxa de juros.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.

c) Risco Operacional

A gestão de risco operacional possui metodologia específica para identificação, avaliação, monitoramento, controle e definição do tratamento adequado do risco. É utilizado recursos de tecnologias desenvolvidas internamente para comunicação de incidentes de cunho operacional, possibilitando assim que o gestor de cada área acompanhe os eventos ocorridos. A área de ocorrência também é encarregada, juntamente com os representantes da 2ª Linha, da avaliação da cadeia de valor, ao assegurar boas práticas de Governança.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

O gerenciamento de risco operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. Este método de controle permite a atuação preventiva e corretiva, onde mitiga novos eventos de mesma origem e reincidência de falhas.

d) Risco de Liquidez

Define-se risco de liquidez a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; além da possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

São adotadas medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma política de gerenciamento de caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, fluxo de caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

Os controles elaborados visa identificar os possíveis impactos no caixa dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez (testes de estresse). Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos quanto fatores externos. O caixa é gerenciado de forma centralizada pela área da Tesouraria, o monitoramento é realizado pela área de Riscos e pelo Comitê de Ativos e Passivos, com periodicidade mínima mensal, tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas, além de ferramentas como o Plano de Contingência de Liquidez, a Reserva Mínima de Liquidez, o controle de esgotamento de caixa, avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação dos cenários de estresse nas condições de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle para adequar o volume das operações e aos riscos que a Companhia está sujeita.

Sua estrutura é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, com observação das seguintes diretrizes:

- Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos e objetivos estratégicos estabelecidos;
- Adotar postura prospectiva, na antecipação de necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares, legais e de mercado;
- Manter colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica e financiar as oportunidades de crescimento;
- Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
- Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a área de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

(R\$ milhares) **30 de junho de
2025**

Patrimônio de Referência (PR) 218.922

Ativos ponderados pelo Risco

Risco de crédito	1.709.262
Risco de mercado	-
Risco operacional	108.703
RWA total	1.817.965

Índice de Basileia 12,0%

No semestre findo em 30 de junho de 2025, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (10,5%).

23) Balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminad	Total
Ativo						
Disponibilidades	95.034	-	-	-	-	95.034
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	103.718	-	103.718
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	103.718	-	103.718
Operações de créditos	62.383	292.813	308.642	957.235	-	1.621.074
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(478)	(891)	(1.904)	(93.685)	-	(96.958)
- Operações de Créditos	(478)	(891)	(1.904)	(93.685)	-	(96.958)
Operações de Arrendamento Mercantil	7.908	33.804	35.043	87.715	-	164.470
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(306)	(1.667)	(594)	(6.729)	-	(9.296)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(306)	(1.667)	(594)	(6.729)	-	(9.296)
Créditos Tributários	-	-	-	78.299	-	78.299
Outros Créditos	39.765	17.003	5.801	283	-	62.852
Operações com Características de Concessão de Crédito	107.759	192.476	3.887	2.237	-	306.359
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(893)	(4.737)	(129)	(62)	-	(5.821)
- Operações com Características de Concessão de Crédito	(893)	(4.737)	(129)	(62)	-	(5.821)
Imobilizado de uso	-	-	-	-	806	806
Intangível	-	-	-	-	15.514	15.514
Total em 30 de junho de 2025	203.413	336.326	346.860	1.126.774	16.320	2.336.051
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	141.111	447.418	559.809	882.843	-	2.031.181
- Depósitos Interfinanceiros	-	22.240	25.636	-	-	47.876
- Depósitos a Prazo	134.868	425.178	534.173	882.843	-	1.977.062
- Outros Depósitos	5.965	-	-	-	-	5.965
- Letras de Arrendamento Mercantil	278	-	-	-	-	278
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	30.898	-	30.898
Outros Passivos	21.533	4.854	11.306	-	-	37.693
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	236.279	236.279
Capital Social	-	-	-	-	250.000	250.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	2.859	2.859
Prejuízo Acumulado (ajuste Res. BACEN 4966/21)	-	-	-	-	(16.580)	(16.580)
Total em 30 de junho de 2025	162.644	452.272	571.115	913.741	236.279	2.336.051



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2025 foi de R\$ (1.662), sendo considerado como resultado recorrente. No semestre findo em 30 de junho de 2025, não ocorreram resultados não recorrentes.

b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*.

c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 30 de junho de 2025, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
- Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
- Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1);
- Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1).
- Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
- Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e
- Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46),
- Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41)
- Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47)

d) Eventos subsequentes: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/09/2025, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 11.500, aguardando a homologação do Banco Central do Brasil.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: A08675C3-3DF7-4FC7-8080-47BB78A6925E

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: BCOBRASILEIROCRED25.JUN.pdf, DF Banco BBC Jun25_final_v2609.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 38

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Jonny Lopes

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

jonny.lopes@pwc.com

IP Address: 134.238.160.20

Record Tracking

Status: Original

Holder: Jonny Lopes

Location: DocuSign

26 September 2025 | 13:16

jonny.lopes@pwc.com

Status: Original

Holder: CEDOC Brasil

Location: DocuSign

26 September 2025 | 13:26

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Daniel Marteletto

daniel.marteletto@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

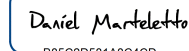
Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC Certisign RFB G5

Subject: CN=DANIEL NAVES MARTELETTO:06260972660

Signature

Signed by:


B85C2D581A8C4CD...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.160.144

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Timestamp

Sent: 26 September 2025 | 13:17

Viewed: 26 September 2025 | 13:24

Signed: 26 September 2025 | 13:26

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Jonny Lopes jonny.lopes@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 26 September 2025 13:26 Viewed: 26 September 2025 13:26 Signed: 26 September 2025 13:26

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	26 September 2025 13:17
Certified Delivered	Security Checked	26 September 2025 13:24
Signing Complete	Security Checked	26 September 2025 13:26
Completed	Security Checked	26 September 2025 13:26

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------